



ENTREVISTA ADRIANA DIAS
NEONAZIS CRESCEM
NO BRASIL E ASSUSTAM

EUA
GUERRA
À VISTA

PERFIL KRUPSKAYA:
AMOR E
REVOLUÇÃO

20 ANOS CAROS AMIGOS

A PRIMEIRA À ESQUERDA

ano XXI
nº 246 / 2017
R\$ 13,50



2018

RACHAS, FALÁCIAS E TRUQUES



ALEJANDRO ZAMBRANA • ALEXANDRE MATIAS • ARAY NABUCO • CLAUDIUS • CYNARA MENEZES • EDU MONTESSANTI • FREI BETTO • GERSHON KNISPEL • GUILHERME NOVELLI • GUTO LACAZ • JOÃO BATISTA CESAR • JOÃO PEDRO STEDILE • JOSÉ ARBEX JR. • LARISSA ROSA CORRÊA • LILIAN PRIMI • LÚCIA RODRIGUES • LU SUDRÉ • LUIZ GÊ • MARCOS BAGNO • MC LEONARDO • NÉSTOR GOROJOVSKY • NINA FIDELES • VITOR TAVEIRA

O SINDICALISMO EM DISPUTA

Historiadora Larissa Corrêa aborda a investida dos Estados Unidos e da ditadura nos sindicatos

por Larissa Rosa Corrêa

O QUE OS ESTADOS UNIDOS têm a dizer sobre as atividades sindicais realizadas no Brasil durante o período que antecedeu o golpe de 1964 e ao longo da ditadura militar? Muito se falou na historiografia brasileira sobre o papel dos Estados Unidos no plano, de coalisão civil-militar, que levou à derrubada do presidente João Goulart. Ao longo das últimas décadas a Operação *Brother Sam*, deflagrada em 31 de março de 1964, bem como o estreito envolvimento de Lincoln Gordon, na época embaixador dos Estados Unidos no Brasil, foram pouco a pouco reveladas em seus detalhes, mostrando a ampla participação da potência norte-americana no desfecho da operação militar que levou a instauração de uma longa ditadura no Brasil. Para aqueles interessados na história recente do período autoritário brasileiro também não é nenhuma novidade (e não custa lembrar) que os Estados Unidos foi um dos primeiros países a legitimar o golpe no cenário internacional. Em nome da democracia e da liberdade — dois preceitos levados até às últimas consequências pelo governo estadunidense durante a Guerra Fria — era preciso endossar a ação dos militares brasileiros, que se comprometiam em frear o avanço comunista na região.

No entanto, ainda sabemos pouco sobre a atuação norte-americana voltada para um dos setores que mais preocupavam os conservadores anticomunistas: o movimento sindical. Estes, temendo que o Brasil se tornasse uma nova Cuba ou pior, uma nova China, acusavam o governo João Goulart (1961-

1964) de estar implantando uma “República Sindicalista” no Brasil. E foi contra os trabalhadores e suas organizações de classe que os militares, apoiados por diversas organizações civis, apontaram as suas armas. A classe trabalhadora e o movimento sindical foram os primeiros alvos da chamada *Operação Limpeza* que entrou em ação logo após o anúncio da queda de Jango.

Disseram que voltei americanizado analisa o papel do sindicalismo norte-americano no Brasil entre os anos de 1961 a 1978. Com foco nas ações da maior central sindical dos Estados Unidos — a AFL-CIO e as entidades financiadas por ela — este estudo trata de uma temática ainda pouco explorada na história do trabalho no Brasil: a influência dos sindicatos estrangeiros, mais especificamente, do sindicalismo dos Estados Unidos, no movimento sindical. Ao observar as atividades educacionais norte-americanas voltadas para a implantação do chamado sindicalismo “livre e democrático” no País, o livro expõe as contradições, bem como os limites e os desafios da política sindical internacional da AFL-CIO frente aos interesses políticos e econômicos do regime militar. As tensões diplomáticas em torno do mundo do trabalho chamam a atenção para a complexidade das relações transnacionais ocorridas no período da Guerra Fria.

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, a AFL-CIO investiu em programas de desenvolvimento social e educação sindical para a implantação do “sindicalismo livre” em toda a América Latina. No Cone Sul, os alvos principais da política sindical norte-americana fo-

ram a Argentina, Brasil e Chile, países considerados estratégicos para a contenção do avanço comunista na região. Nestes três países observa-se que as atividades da central foram intensificadas nos períodos que antecederam e sucederam os golpes militares no Brasil, em 1964, na Argentina, nos anos de 1966 e 1976, e no Chile, em 1973. Ao analisar as atividades da AFL-CIO no Brasil, este estudo revela uma série de encontros e desencontros de interesses diplomáticos, conflitos e alianças travadas entre sindicalistas e autoridades políticas norte-americanas e brasileiras. Com base nos relatórios produzidos pela central sindical norte-americana, publicações sindicais, nacionais e internacionais, análises dos oficiais da embaixada americana, entrevistas, fontes policiais e periódicos da grande imprensa, foi possível traçar um panorama das relações sindicais Brasil e Estados Unidos até o período de distensão da ditadura militar, no final da década de 1970.

Com a Revolução Cubana e o fracasso da ação militar norte-americana na Baía dos Porcos, o posicionamento de neutralização dos investidores frente às questões políticas e ideológicas foi em grande parte alterado. Muitos industriais passaram da postura cética — e até muitas vezes oposicionista em relação às atividades sindicais norte-americanas na América Latina — para uma atitude de apoio, ainda que não fosse completo, ao trabalho de “educação” da classe trabalhadora latino-americana. Acreditava-se que ao ensinar a orientação sindical “correta” para os empregados, eles garantiriam a segurança de

suas operações. Não obstante, era sabido pelos investidores que o clima de instabilidade política, crises econômicas e de hostilidade à presença norte-americana em terras estrangeiras afetava diretamente seus negócios. Por isso, a importância em participar e contribuir, junto com o governo estadunidense, para o bom relacionamento entre os Estados Unidos e a América Latina. Foi assim que surgiu o Instituto para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre, conhecido no Brasil pela sigla Iadesil. Tratava-se de uma organização bipartite, composta por grupos empresariais e sindicalistas norte-americanos, financiada por empresas e pelo Departamento de Estado norte-americano. O Iadesil, inaugurado em 1962, também recebia recursos do projeto Aliança para o Progresso, de J.F. Kennedy, estabelecido no mesmo ano.

A participação dos empresários no Iadesil tinha o objetivo de estreitar o relacionamento com os trabalhadores locais no sentido de evitar revoltas, resistências e reivindicações trabalhistas, afastar o “perigo” da ideologia comunista, bem como utilizar a entidade sindical como um meio para localização de novas ofertas e possibilidades de investimentos, já que eles poderiam ter acesso aos relatórios mensais produzidos pelas embaixadas americanas sobre as conjunturas político-econômicas de cada país e usufruir da ampla rede de contatos criada pela entidade. O Iadesil tinha duas metas claras: apoiar a eliminação da influência “comunista” nos sindicatos latino-americanos e promover “sindicatos livres”, independentes do Estado.

Para realizar estes objetivos no Brasil, o Iadesil apoiou-se nos “pelegos”, os sindicalistas conservadores e anticomunistas que defenderam o novo regime. Fundou uma escola em São Paulo para treinar líderes sindicais, determinada a ensinar aos sindicalistas como negociar “contratos coletivos”. Ofereceu viagens aos EUA para que os brasileiros pudessem conhecer o “*American Way of Life*”. E financiou vilas operárias para mostrar a generosidade norte-americana. E fizeram muito mais. Exposições, filmes, eventos, financiaram matérias jornalísticas, entre outras ações que contribuíam para estabelecer as ideias norte-americanas no País.

Dezenas de centenas de sindicalistas fizeram os cursos e aproveitaram as viagens. No entanto, não podemos afirmar que todos

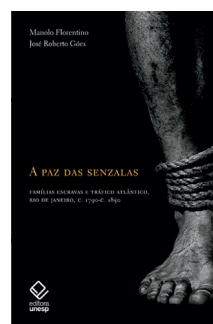
ou ao menos nem todos voltaram americanizados. Assim como a nossa pequena notável, Carmem Miranda, na canção “Disseram que voltei americanizada”, gravada em 1940, muitos sindicalistas rejeitaram o rótulo de “americanizados”. Apesar de todas as forças de propaganda, cursos, filmes, material impresso e viagens, grande parte dos sindicalistas brasileiros não foram convencidos das ideias norte-americanas, ou pelo menos não demonstraram esforço em aplicar o que aprenderam nos “*States*”. Isso não significa que eles não reverenciavam a cultura norte-americana e o modo de ser daquela supernação. Mas muitos deles achavam que aquilo que viram e aprenderam não se enquadrava para o Brasil, pois a “*terrinhã*” guardava suas particularidades principalmente no tocante à regulamentação das relações trabalhistas. Muitos, ao se depararem com a pauta de negociações coletivas “livres” presente no modelo contratualista norte-americano, sentiam falta de direitos que em meados dos anos 1960 estavam plenamente assegurados no Brasil, mesmo durante a ditadura. Direitos individuais duramente conquistados e tão prezados pelos trabalhadores brasileiros, tais como o direito a receber o décimo terceiro, a lei de férias, os ganhos salariais em casos de paralisação, entre outras leis que marcaram uma “cultura de direitos” construída pelos trabalhadores desde o período da chamada “Era Vargas”. Para além de outras questões exploradas neste estudo, o trabalho ajuda a compreender porque os Estados Unidos, mesmo com toda a política de alinhamento do governo Castelo Branco, não conseguiram alterar as bases das relações trabalhistas no Brasil. Afinal, conforme a pesquisa desvelou, o regime militar contava com um projeto próprio de controle e exploração das classes trabalhadoras.

Larissa Rosa Corrêa é historiadora e lança *Disseram que voltei americanizado: relações sindicais Brasil e Estados Unidos na ditadura militar*, pela Coleção Várias Histórias, Editora Unicamp, 2017



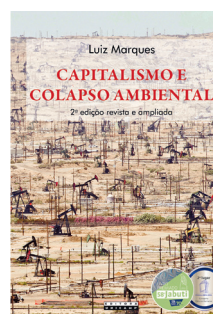
100 ANOS DE REVOLUÇÃO RUSSA – LEGADOS E LIÇÕES é um livro organizado por Osvaldo Bertolino e Adalberto Monteiro. A publicação traz estudos sobre os progressos e limites das experiências

revolucionárias russas que tiveram início em 1917. Temas como a expansão das denominadas “democracias populares” no Leste Europeu, a relevância da ciência para o desenvolvimento do socialismo soviético, direitos econômicos e sociais e o internacionalismo, são abordados sob diferentes ângulos com a colaboração de diversos autores. (Editora Anita Garibaldi em parceria com a Fundação Maurício Grabois)



A PAZ DAS SENZALAS – FAMÍLIAS ESCRAVAS E TRÁFICO ATLÂNTICO C.1790- C.1850 é um estudo sobre as relações familiares escravas, tema que há pouco vem sendo abordado, colocando em xeque a visão tradicional de que

os escravos não constituíam família estável. A publicação é de autoria do professor do Instituto de História do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, Manolo Florentino, e do professor adjunto da UERJ, José Roberto Góes, ambos com livros já publicados sobre o tema. (Editora Unesp)



CAPITALISMO E COLAPSO AMBIENTAL, do professor do Departamento de História (IFCH) da Unicamp, Luiz Marques, aborda a perspectiva de um colapso que vem sendo evidenciado pelas ciências e humanidades

desde os anos 1960. O livro divide-se em duas partes: A Convergência das Crises Ambientais, que reúne o que a ciência nos apresenta como constatação, e Três ilusões concêntricas, que se inscreve no campo da história e das ciências humanas.